

WORKSHOP INTERNACIONAL DE LEGÍSTICA: "O QUE DE MAIS IMPORTANTE ACONTECEU EM 2019 NOS SEUS ESTADOS E REGIÕES"

PORTUGAL

 **ICJP**
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
JURÍDICO-POLÍTICAS

 **CIDP**
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
DE DIREITO PÚBLICO

Inclusão

Lei n.º 4/2019, de 10 de janeiro

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 %

Lei n.º 26/2019, de 28 de março

Regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública

Fogos e Proteção Civil

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019, de 21 de janeiro

Aprova a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril

Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

Atividades espaciais

Decreto-Lei n.º 16/2019, de 22 de janeiro

Estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2019, de 13 de março

Determina a criação da Agência Espacial Portuguesa

Ambiente

Decreto-Lei n.º 10/2019, de 18 de janeiro

Altera o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho

Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050

Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro

Determina a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração e/ou bebidas e no comércio a retalho.

Ambiente

Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro

Disponibilização de alternativas à utilização de sacos de plástico ultraleves e de cuvetes em plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes

Lei n.º 88/2019, de 3 de agosto

Redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente

Saúde

Projeto de Lei n.º 1030/XIII- Alteração ao Regime Jurídico da Gestaçã
de Substituição – Decreto n.º 383/XIII

Lei n.º 95/2019, de 4 de Setembro

Aprova a Lei de Bases da Saúde e revoga a Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 185/2002, de 20 de agosto

Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a Lei n.º 13/2003, de 21 de maio

Habitação

Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro

Cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédio rústico ou misto sem dono conhecido, adiante designado por prédio sem dono, e respetivo registo

Lei n.º 12/2019, de 12 de fevereiro

Proíbe e pune o assédio no arrendamento

Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio

Cria o Programa de Arrendamento Acessível

Habitação

Decreto-Lei n.º 94/2019, de 18 de julho

Aprova o plano de reabilitação de património público para arrendamento acessível

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro

Lei de Bases da Habitação

Trabalho e qualificação

Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro

Altera o Código de Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, de 14 de novembro

Aprova o Programa Qualifica AP

Decreto-Lei n.º 167/2019, de 21 de novembro

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2020

Cultura

Decreto-Lei n.º 78/2019, de 5 de junho

Aprova o regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios

Protecção de dados

Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados

Lei n.º 59/2019, de 8 de agosto

Aprova as regras relativas ao tratamento de dados pessoais para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, transpondo a Diretiva (UE) 2016/680 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016

Transparência

Lei n.º 52/2019, de 31 de julho

Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

Lei n.º 78/2019, de 2 de setembro

Estabelece regras transversais às nomeações para os gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos, dirigentes da Administração Pública e gestores públicos

Lei orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro

Aprova o Estatuto da Entidade para a Transparência e procede à nona alteração à Lei n.º 28/82, de 15 de novembro, que aprova a organização, funcionamento e processo do Tribunal Constitucional

Processo

Lei n.º 118/2019, de 17 de setembro

Modifica regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária, procedendo a diversas alterações legislativas

Simplificação

Decreto-Lei n.º 49/2019, de 15 de abril

Determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos de 1981 e 1985

Decreto-Lei n.º 59/2019, de 8 de maio (diploma *omnibus*)

Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de segurança dos brinquedos, uso de substâncias perigosas em equipamentos elétricos e eletrónicos, adjuvantes de produtos fitofarmacêuticos e exame de plantas.

Lei Orgânica do XXII Governo Constitucional

- **Aprovada no CM de 14 de Novembro;**
- **Novidades** (para cumprir prioridades transversais a diversas áreas de governação e para responder aos desafios da Presidência da União Europeia em 2021):
 - **atribuição da gestão de cada um dos desafios estratégicos – alterações climáticas, demografia, desigualdades e sociedade digital, da criatividade e da inovação – a distintos membros do Governo com a função de assegurar que todas as áreas governativas colaboram na elaboração dos programas de ação;**
 - **previsão do exercício conjunto de poderes administrativos (de direção, de superintendência e de tutela), que são partilhados por vários membros do Governo, em função das suas áreas de intervenção;**

Lei Orgânica do XXII Governo Constitucional

O diploma visa ainda estabelecer a função reguladora do procedimento legislativo e da articulação entre os que nele intervêm, dentro da qual se destacam as seguintes medidas:

- reforçar a avaliação prévia e o controlo de criação de novos custos administrativos para os cidadãos e para as empresas, alargando-se o âmbito a impactos não económicos;
 - garantir que nenhum ato legislativo é definitivamente aprovado sem que seja acompanhado da regulamentação indispensável à sua aplicação efetiva;
 - manter a produção de efeitos de leis que têm impacto na vida das empresas apenas duas vezes por ano, em 1 de janeiro e 1 de julho;
 - prosseguir uma estratégia de desmaterialização do procedimento legislativo e decisório do Governo, através do recurso às tecnologias de informação.
-

Obrigada!

www.icjp.pt/cidp/investigacao/4463/projectos/11619

Mariana Melo Egídio
Gonçalo Carrilho